

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME II

LVI
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

ANÁLISE ESTRUTURAL E EXPLICAÇÃO HISTÓRICA (*)

NILO ODÁLIA

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis.

O debate que opõe história e estrutura, ou acontecimento e história, ainda está em moda, embora de uns tempos para cá seu centro de interesse tenha se deslocado.

De Foucault (*Arqueologia do Saber*), que nega autenticidade e legitimidade a essa oposição, a Leroy-Ladurie (*Événement et longue durée dans l'histoire sociale: l'exemple chouan* (1)), que v'sa recuperar o acontecimento, mostrando seu papel decisivo nas modificações comportamentais do homem, os esforços dos historiadores têm se voltado para o aspecto pragmático da análise estrutural: saber até que ponto ela pode contribuir efetivamente para a explicação histórica. Um longo caminho parece, portanto, já ter sido palmilhado e tentando-se, cuidadosamente, evitar a trilha da polêmica, na qual todos tem razão... pela metade, o que realmente importa verificar é em que medida a análise estrutural pode converter-se no método adequado a satisfazer as ambições do historiador, quanto a uma explicação histórico-científica dos fenômenos históricos.

Não se pode negar uma evidência: a irrupção do estruturalismo sacudiu e revolveu de maneira violenta o aprazível e pacífico campo da história. Comodamente assentados em suas prerrogativas e direitos adquiridos por uma prática e teoria históricas de quase dois séculos, que se pode datar de Herder (*Idéias para a Filosofia da História da Humanidade*), os historiadores receberam como quase uma traição o abandono progressivo, por parte de linguistas e antropólogos, dos conceitos e categorias da ciência histórica. Contudo, a atitude de linguistas e antropólogos era mais do que uma simples deserção do

(*) — Comunicação apresentada na 4ª sessão de estudos, Equipe C, no dia 4 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

(1). — *Communications*, Paris, 18: 72-84, 1972.

campo histórico, ela significou basicamente uma crítica feroz e contundente dos pressupostos do método histórico.

A consequência mais duradoura e espetacular dessa deserção não se fez sentir, contudo, no campo restrito do conhecimento histórico e sim no vasto campo do conhecimento que denominamos de ciências do homem ou ciências sociais. Renasceram as esperanças de um sonho longamente acalentado, desde os positivistas, de uma ciência do homem que rivalizasse quanto às suas técnicas, métodos e resultados às ciências físico-naturais. Pôs-se em jogo não apenas uma ciência, a ciência da história, mas a ciência do homem.

Os progressos de uma ciência, como a linguística por exemplo, não se esgotaram no interior de seu próprio âmbito de ação, pelo contrário, só adquiriram um significado completo ao funcionarem como *leit-motiv* e agulhão contundente das outras ciências humanas. Obrigaram a repensar-se, a partir de novas bases e pressupostos, a questão fundamental da ciência, isto é, a legitimidade de seus estatutos e fundamentos.

A revolução iniciada por Saussure na linguística tem seu natural desenvolvimento e atinge seu climax quando, pelos seus resultados altamente significativos, interfere, voluntária ou involuntariamente, nas ciências vizinhas e assume o papel de uma consciência crítica das ciências sociais, ao mesmo tempo em que se propõe como paradigma a ser imitado.

As acerbas críticas recebidas pela história tiveram o condão de repor em debate uma série de problemas, que permanecem no lusco-fusco da inconsistência e do genérico. Pensamos, agora, particularmente, na questão da explicação histórica e numa série de outras questões que lhe são o corolário, especialmente o problema da causalidade.

A explicação histórica é o tipo de problema que, frequentemente, o historiador prefere ou julga resolver apenas pela sua prática histórica. Contudo, é muito difícil pensar-se que essa prática possa prescindir de uma reflexão crítica sobre os fundamentos lógicos da explicação. É realmente impensável que o historiador não seja num certo momento acometido pela necessidade de desr'nçar qual a estrutura lógica daquilo que apresenta como uma explicação.

De outra parte, o termo *causa* que gozara de incontestado privilégio e prestígio no correr do século passado, foi, pouco a pouco, perdendo sua soberania até se refugiar, tímida e envergonhadamente, sob a roupagem de *fator*. Talvez, tenha se tentado pela utilização do vocábulo *fator* evitar a idéia de necessidade, largamente implicada na

noção de causalidade. Por uma precaução, que trazia em seu bojo um preconceito anti-positivista, o emprego do termo *fator* parecia permitir uma elasticidade que o termo *causa*, por advir das ciências exatas, não suportava.

Quaisquer que sejam, contudo, as precauções tomadas, não se pode esconder o fato de que toda vez que que falamos em expl.ção histórica não se a pode dissociar da idé.a de necessidade, isto é, somos continuamente obrigados a indagar-nos em que podemos basearnos, para com segurança, legitimar uma afirmação que afirma que dados A,B,C, etc. deve resultar necessariamente Y.

Tradicionalmente, a este tipo de preocupação, pelo menos, dois tipos de respostas tem sido dadas: a). — assentando-se sobre a premissa de que o conhecimento histórico possui uma natureza peculiar, distinta da natureza das ciências físico-naturais, intenta-se demonstrar que a expl.ção histórica não pode ser equiparada à expl.ção científica. Segundo esse raciocínio, a natureza especial do conhecimento histórico implica numa diferença essencial em seu método específico de análise e explicação. Resumidamente, essa diferença residiria em que o método histórico obrigatoriamente é um método subjetivo, enquanto que nas ciências exatas sua característica central é a objetividade. Entende-se objetividade, elementarmente, como uma distinção entre o sujeito e o objeto de estudo. Na ciência histórica esta separação entre sujeito e objeto de estudo é impossível, porque o traço essencial do método de análise histórica é a identificação entre o historiador e o personagem histórico. Em Collingwood, o método empático se vê reforçado pela pressuposição de que só existe história do pensamento e que a reconstituição (*reenactement*) da experiência vivida pelo agente histórico não é apenas a reprodução de seu pensamento, mas uma nova criação (re-criação) (2).

Os documentos surgem nessa concepção como o elemento material, o suporte da re-criação, a base sobre a qual o historiador assenta a afirmação de que os pensamentos do agente histórico, numa dada situação, eram os mesmos que o historiador re-cria.

A crítica a esta teoria idealista da história já foi feita e seria inútil e não pertinente a ela retornar. Assinalemos, contudo, que essa teoria se coloca numa posição antípoda às novas preocupações das ciências sociais, por pretender enfatizar o particularismo da ciência histórica.

(2). — Collingwood (R.G.), *The Idea of History*, Oxford, 1946.

b). — Num ensaio que se tornou clássico (3), Hempel, criticando os defensores da teoria idealista, ao mesmo tempo que retoma e reafirma os pontos de vista da corrente positivista, procura demonstrar que a explicação histórica não pode ser diferente do modelo elaborado pelas ciências físico-naturais.

Nesse ensaio, Hempel defende:

1. — a existência da unidade do campo científico;
2. — a irrelevância da distinção entre a ciência da história e as ciências físico-naturais;
3. — um “modelo de lei global”, que tanto pode ser aplicado à história quanto a não importa que ciência.

No raciocínio hempeliano, a noção de causa desempenha um importante papel, pois, em última análise, tudo pode ser reduzido à cadeia de causas e efeitos; no campo histórico isso significa que as categorias de continuidade, desenvolvimento, evolução, etc., só podem ser inteligíveis se compreendidas como dependentes da noção de causalidade.

“A função principal das leis gerais, assinala Hempel, nas ciências naturais é combinar os eventos em fórmulas que geralmente se designam por explicação e previsão”.

Por explicação, entende-se ser possível encontrar uma relação de causalidade entre o evento a ser explicado e outros acontecimentos, que desempenham o papel de causas determinantes. Assim, explicar um evento E, localiza-lo num determinado tempo e lugar, significa que devemos relacioná-lo com uma série de eventos C^1 , C^2 , C^3 , ..., C^n , que adquirem desta maneira a função de causas. Contudo, essa relação de causalidade só pode ser, com propriedade, estabelecida se entre E e C^1 , C^2 , C^3 , ..., C^n existirem leis gerais (hipóteses universais) que legitimem a relação dedutiva. Quando dizemos que C^1 , C^2 , ..., C^n explicam um determinado evento E, estamos afirmando

“que, de acordo com certas leis gerais, uma série de eventos da referida ordem é regularmente acompanhado por um evento do tipo E”.

(3). — Hempel (Carl), *A função das leis gerais em História*, in Gardiner (Patrick), *Teorias da História*, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1969. pp. 421-435.

Concluindo seu pensamento, Hempel esclarece que a explicação consiste na existência de duas séries de afirmações: a primeira, formada pelas

“afirmações que afirmam a ocorrência de certos eventos $C^1, C^2, C^3 \dots C_n$ em certos tempos e lugares”

e a segunda, formada por hipóteses universais (leis gerais). Acrescenta que essas hipóteses devem ser tais como:

- “a). — que as afirmações de ambos os grupos estão razoavelmente bem comprovadas por comprovação empírica;
- b). — que, dos dois grupos de afirmações, é possível deduzir logicamente a frase que assevera a ocorrência do evento E”.

Em síntese, as afirmações do grupo I estabelecem as condições iniciais e limites para a ocorrência do evento a ser explicado e as do grupo II formam as leis gerais em que se baseia a explicação.

Dessa maneira fica determinada a estrutura da explicação científica e diz Hempel que ela não difere da explicação histórica, embora tal afirmação deva ser nuançada. Uma objeção que pode ser levantada a tal afirmação é a reiterada assertiva dos historiadores, segundo a qual nem lidam nem visam, em seu trabalho rotineiro, as hipóteses universais. O vício do historiador de repelir de seu trabalho a noção de hipóteses universais decorre, segundo Hempel, de seu obstinado apego ao individual e ao particular; contudo, argumenta o lógico positivista, nenhuma ciência lida efetivamente com o individual, mas com tipos ou propriedades de eventos. E mais ainda, o historiador ao afirmar que não utiliza hipóteses universais não está sendo correto em sua afirmação, pois, implícita ou explicitamente, elas devem estar presentes para que a inferência seja válida. Em certas condições, o historiador omite suas hipóteses universais por pretender que elas sejam tão familiares (pertencem ao senso comum) que seria desnecessária sua explicitação. Suponha-se, por exemplo, que um determinado personagem histórico, Getúlio Vargas, submetido a forte pressão política, social e psicológica, é levado ao suicídio. Não parece ser relevante, nesse contexto, explicitar uma hipótese universal, esclarecendo que o indivíduo submetido a uma situação desse tipo é levado a cometer o suicídio. O senso comum parece nos indicar tal possibilidade, ou melhor dito, a possibilidade da ocorrência de um evento do tipo. Em segundo lugar, nem sempre é possível formular as hipóteses universais

“com a necessária precisão e de modo a ficarem conformes à comprovação empírica relevante que é possível obter”;

finalmente, certos termos utilizados pelos historiadores, tais como: “daqui”, “portanto”, “em consequência” “naturalmente” etc., são empregados como substitutos das leis gerais que, por sua vez, são pressupostas: sua função é de estabelecer a ligação entre os eventos-condições iniciais e o evento a explicar. Quando o historiador afirma que “naturalmente” em razão da seca os nordestinos emigram, o “naturalmente” substitui uma hipótese universal, cujo teor seria mais ou menos o seguinte:

“Toda a vez que o homem se encontra sob condições climáticas desfavoráveis a sua sobrevivência, sua reação é emigrar”.

A dificuldade na história, ainda segundo Hempel, nasce do fato de que nem todas as condições iniciais nem todas as hipóteses universais podem ser indicadas, o que transforma a explicação histórica num

“esboço de explicação”. Este “esboço de explicação” “consiste numa indicação mais ou menos vaga das leis e condições iniciais consideradas relevantes e precisa de um “enchimento” para se transformar numa explicação perfeita. Este “enchimento” exige novas pesquisas empíricas, cuja direção é sugerida pelo esboço”.

Um duplo papel é confiado por Hempel ao esboço de explicação: de um lado, deve consistir numa explicação do que se analisa e de outro, deve funcionar como um modelo ou guia de pesquisa. E esse duplo papel do esboço de explicação é razão suficiente para Hempel justificá-lo como cientificamente aceitável, porque dá margem a um enriquecimento contínuo de dados e por orientar as novas pesquisas.

Embora a argumentação hempeliana não pareça ser muito sólida, sua intenção ao propor o esboço de explicação, cujo caráter aberto lhe dá um certo cunho científico, é contropô-lo ao que chama de pseudo-explicação. As pseudo-explicações caracterizam-se por serem vagas e indeterminadas, isto é, não possibilitam obter-se evidências empíricas suficientes para sua comprovação. Neste caso estariam todas as explicações históricas que fazem depender de um único fator, religioso, econômico, social, etc., todo um complexo societário.

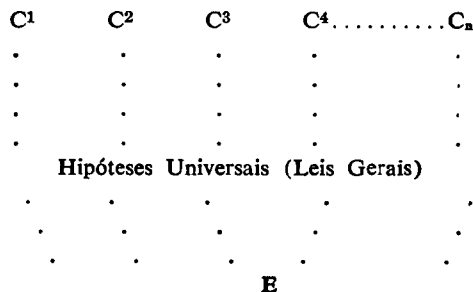
Parece ressaltar da argumentação hempeliana, três fatos dignos de nota:

- a). — o esboço de explicação é válido por ser continuamente submetido à prova, através de verificação empírica e por permitir que se determinem as condições de verificação;
- b). — tanto quanto na teoria idealista, subjaz em sua teoria a certeza de que a causalidade deve ser compreendida como uma relação entre eventos particulares;
- c). — embora divergindo da teoria idealista, a argumentação utilizada acaba por confirmar, pelo menos, uma das suas afirmações, isto é, a natureza peculiar do conhecimento histórico.

Numa perspectiva mais ousada, creio que se pode afirmar que as premissas iniciais do trabalho de Hempel, acabam por ser invalidadas, desde que aceita uma contrafacção da explicação científica, o esboço de explicação, o qual, por se situar num meio termo, não se sustenta logicamente.

Embora não satisfatório, o ensaio de Hempel, publicado pela primeira vez em 1942, tem o mérito, que ele reparte com todos os positivistas, de insistir na abolição das fronteiras que separam as ciências do homem das ciências exatas. Hoje mais do que nunca esse é um tema central.

O esforço empreendido por Hempel para justificar uma unidade do campo científico se não alcança seu objetivo, talvez se deva, entre outras razões, por se apegar a uma noção de causalidade que, atualmente, é posta em dúvida. A causalidade tal como a entende Hempel, reduz-se a uma relação linear entre eventos singulares. A ligação entre os eventos-condições iniciais e limites e o evento a explicar é assegurada por hipóteses universais (leis gerais), mas nada é dito em relação às condições iniciais. Entre elas não se supõe a existência de dependência recíprocas; elas parecem valer tão somente enquanto acontecimentos particulares, diretamente ligados ao evento a explicar. Numa expressão gráfica, teríamos o seguinte:



As leis gerais apenas asseguram a inferência lógica de $C^1, C^2, \dots C^n$ em relação a E, contudo nada asseguram em face das ligações de dependência, influência, etc., entre $C^1, C^2, \dots C^n$.

Pare-me lícito concluir que não estabelecidos os vínculos entre as condições iniciais, desde que seja possível estabelecer uma lei geral, concernente a um único evento-condição inicial, é possível logicamente dizer-se que E é determinado por C. Ora, segundo Hempel, cairíamos aí na pseudo-explicação, cujo caráter específico é o de fazer depender de um só elemento a explicação de um complexo social, cultural, etc.

Convém, talvez, assinalar que o caráter aberto do esboço de explicação, permitindo acrescentar-se, continuamente, novas condições, em face de novas pesquisas, dá margem a um equívoco, resultante de uma falta de hierarquização dessas condições. Com efeito, desde que não se imponha uma hierarquia nas condições iniciais, o esboço de explicação poderá ser “enchido” por não importar que número de condições. A quantidade nesse caso não redundará necessariamente numa melhor explicação, quando muito, talvez, se obtenha uma melhor descrição.

Parece-me que a análise estrutural fornece elementos mais pertinentes às necessidades de uma explicação.

Inicialmente, há-de se considerar a própria noção de estrutura. Embora não seja pacífica sua definição, isso não impede que certas idéias lhe sejam, com certa regularidade, vinculadas. Em primeiro lugar, a noção de estrutura implica numa hierarquização, que se estabelece em função da distinção proposta por Levi-Strauss entre estrutura e relações sociais (*Antropologie Structurale*). Distinguindo-se entre a realidade empírica e o modelo que se constroi, visa-se a não identificar, hierarquicamente, todos os elementos que aquela pode proporcionar ao pesquisador. Em seguida, é necessário lembrarmos de que a noção de estrutura implica nas idéias de totalidade e de inter-relações entre as partes e entre o todo e as partes, de maneira a que mutuamente se sustentem. Cada elemento de uma estrutura só se define em relação aos demais e ao todo ao qual pertence. Conclui-se que uma estrutura não é a mera justaposição de elementos heteróclitos, mas forma um sistema, cujos elementos definem sua pertinência pelo condicionamento mútuo. O sistema apresenta propriedades, conhecidas ou desconhecidas, dependendo do estágio da pesquisa e análise, que devem decorrer dessas inter-relações.

As condições iniciais e limites de que fala Hempel são substituídas vantajosamente pela noção de estrutura, porque nesta os acontecimentos aparecem depurados, num grau de formalização que não diz respeito somente a sua identificação a tipos ou propriedades individuais, mas especialmente a propriedades que decorrem, como já vimos, de sua inter-relação. Essa formalização pode permitir ao historiador ou ao analista resguardar-se das ciladas do empirismo histórico ingênuo, que vê a história como uma sucessão linear (causa e efeito) de acontecimentos, ao mesmo tempo que, insistindo sobre as propriedades da estrutura, cria um vínculo necessário entre os acontecimentos significativos que independe da existência de leis gerais.

Do exposto, decorrem duas consequências básicas:

- a). — a noção de causalidade como uma relação entre eventos singulares deve ser substituída pela noção de causalidade de estrutura;
- b). — a inferência não está vinculada às hipóteses universais que a convalide, bem como todas as ocorrências do que mesmo tempo, mas às propriedades de uma estrutura, as quais lhe pertencem exclusivamente.

Quer consideremos um acontecimento externo à estrutura, quer consideremos um acontecimento que lhe é interno, ela funciona sempre como uma força mediadora, — de tal maneira que jamais teríamos um evento atuando diretamente sobre outro evento, mas através da mediação da estrutura.

“Entre uma causa e seus efeitos, diz Godelier, se insere sempre o conjunto das propriedades conhecidas ou desconhecidas de uma ou de várias estruturas. Esta causalidade das estruturas dá a um acontecimento todas as suas dimensões, conscientes ou não, e explica seus efeitos, intencionais ou não ” (4).

Finalmente, como determinar-se as propriedades de uma estrutura? É uma resposta que não se pode dar em abstrato, mas deve decorrer de um trabalho paciente de análise, empregando-se a técnica dos modelos desenvolvida por Levi-Strauss. Jamais se pode esquecer que uma regra básica para se aferir o funcionamento de um modelo é a de que deve dar conta dos fenômenos observados; desde que isso aconteça, podemos ter como determinados a estrutura, algumas de suas propriedades, alguns de seus aspectos funcionais e, também, talvez, sua própria evolução.

Um exemplo ilustrará melhor o que estamos pretendendo mostrar. Recentemente, Nathan Watchel publicou um estudo sobre a

(4). — Godelier (Maurice), *Système, Structure et contradiction dans “Le Capital”*. In: “Les Temps Modernes”, 246: 826-864, 1966.

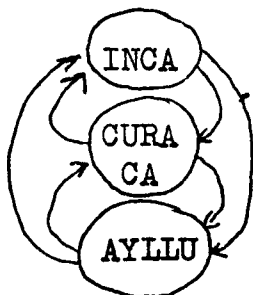
sociedade inca, *La vision des vaincus* (5), onde analisa, como auxílio do método estruturalista, a Conquista Espanhola do Novo Mundo.

A fim de não alongar desnecessariamente nossa exposição, tomaremos como exemplo apenas uma de suas análises.

Seu livro se propõe como uma obra de etno-história (6) e visa mostrar o que representou para a sociedade inca o advento do europeu. O espanhol é um evento de desestruturação, porque significa um elemento de perturbação da ordem da sociedade. Até aí nada de novo, o que se busca conhecer é a transformação sofrida pela sociedade inca em contacto com os espanhóis.

Segundo o autor, as estruturas econômicas da sociedade inca podem ser basicamente explicadas por dois princípios: princípio da reciprocidade e princípio da redistribuição. O primeiro desses princípios se expressa na existência de uma simetria nas relações entre os indivíduos ou grupos que se consubstancia numa troca recíproca de favores, dons e contra-dons. O segundo princípio, ao contrário, se fundamenta numa desigualdade, manifestada numa hierarquia que tem como elemento base o *ayllu* (comunidade), como elemento central, o *curaca* (chefe tradicional) e o escalão mais alto que é o Inca.

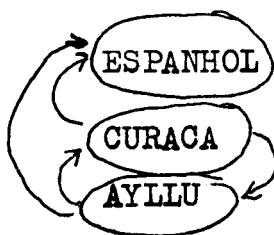
Na atividade econômica, o princípio da redistribuição é o responsável por um movimento de acumulação de produtos a partir dos grupos em direção aos chefes, sob a forma de tributos vários, e um movimento inverso dos chefes para os grupos, sob a forma de uma redistribuição dos produtos acumulados, em ocasiões especiais: atos solenes, má colheita, etc. Ambos princípios associados asseguram a produção e a circulação dos bens dentro da sociedade, através do esquema seguinte:



(5). — Paris, Gallimard, 1972, 395 p.

(6). — Tanto quanto me é possível determinar pelas informações esparsas obtidas, o livro de Watchel está inspirado no trabalho de Zuidema, *The ceque system of Cuzco. The social organization of the capital of the Inca.*, do qual fez um resumo, publicado nos "Annales": 1: 71 a 94, 1966 (jan. fev.).

A presença espanhola destrói o esquema fundamental, embora conservando os elementos que possam ser aproveitados dentro da estrutura capitalista de apropriação dos bens, isto é, o tributo, porém com a significativa diferença de que esses bens desaparecem da circulação, no interior da sociedade inca, não se seguindo o princípio da redistribuição, multilando, conseqüentemente, o esquema básico anterior:



Partindo-se do conhecimento desta mutilação da estrutura econômica da sociedade inca, é possível explicar-se uma série de acontecimentos que vão desde certos episódios pitorescos (o índio como mau pagador) até os episódios mais importantes da conquista espanhola.

Last but not the least, a análise de Watchel revela dois novos elementos que possibilitam aquilatar as vantagens da análise estrutural:

1. — a chegada dos espanhóis não era inesperada pelos incas, pois sua mitologia previa a chegada de seres estranhos que encerrariam mais um ciclo de sua sociedade;
2. — as propriedades da estrutura da sociedade inca indicavam, pela presença dos *yana* (servidores do Inca e dos Chefes incas) transformações que foram apenas aceleradas pela presença do europeu barbudo.